

FLORES DA CUNHA E SUA ÉPOCA

1880 — 1959

Margaret Marchiori Bakos

José Antônio Flores da Cunha, nasceu no ano de 1880, na Estância de Vista Alegre, no Município de Sant'Anna do Livramento, Região da Campanha sulina Brasileira de economia marcadamente latifundiária agro-pastoril e tradicionalmente conservadora. Estas características da campanha emprestam ao Estado a imagem que o resto do país (1) faz do Rio Grande do Sul. Flores da Cunha pertencia à família engajada politicamente, sendo bisneto do Coronel Mingote Martins, do Regimento de Milícias de Rio Pardo, que durante a Revolução Farroupilha lutou contra amigos e parentes a favor da Monarquia. Não é difícil, portanto, entender-se a posição de «defensor sistemático da ordem e da autoridade (2)» assumida por Flores da Cunha ao longo de sua carreira política.

Durante os primeiros anos de sua infância o panorama político era agitado. Com apenas oito anos de idade, o menino José Antônio vivenciava a euforia das senzalas com a abolição da Escravatura e, um ano depois, toda a agitação que acompanhou o golpe militar de 1889 que determinou a passagem do regime monárquico para o republicano. No Rio Grande do Sul, ato contínuo ao golpe de 89, verificou-se a ascensão do Partido Republicano Rio-grandense, de cunho marcadamente positivista. A zona da Campanha, forte núcleo do Gasparismo, passa a ser vasculhada e ensangüentada durante a revolução federalista de 1893, pelos republicanos que buscavam desativar a máquina político-eleitoral da monarquia. Terminada a guerra, para manter a hegemonia republicana, Júlio de Castilhos apresentou um novo tipo de líder — o Coronel Burocrata — um chefe municipal que recebia apoio do governo, não precisando necessariamente possuir bens pessoais ou prestígio pessoal. Para sua proteção, havia no Rio Grande do Sul, como de resto em todo o Brasil, um sistema eleitoral de voto aberto, onde a força e a corrupção controlavam totalmente as eleições (3). Iniciava-se o período chamado de «Política dos Governadores», que transformavam os Coronéis Municipais em figuras preponderantes da vida política.

Em 1898, enquanto Júlio de Castilhos retirava-se da Chefia do Governo do Estado, após armar um sistema político-administrativo capaz de sustentar o Partido Republicano Rio-grandense no poder e Borges de Medeiros, seu protegido, o sucedia, em um pleito sem outros concorrentes, Flores da Cunha iniciava os seus estudos superiores. De família politizada e latifundiária, cresceu conhecendo as possibilidades de ascensão sócio-política dos amigos do Castilhismo. Indeciso entre Engenharia e Direito, depois de períodos de estudos em Faculdades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, terminou por bacharelar-se em Direito na capital da República, em 1902. Foi nesta cidade que conse-

guiu também seu primeiro emprego: Delegado de Polícia. Obteve sucesso em sua missão (4) de sanear o pior distrito da cidade de malfeitores. De volta à terra natal, casou-se e estabeleceu banca de advogado. A sua presença não passou despercebida nos meios políticos gaúchos, passando a fazer parte do Partido Republicano rio-grandense, onde se tornou um dos jovens promissores políticos da geração de 1907. Ao seu lado, encontrava-se Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, (Joaquim) Maurício Cardoso e Firmim Paim Filho que tiveram uma carreira de promoções rápidas e de responsabilidades cada vez maiores (5).

A ligação de Flores da Cunha com o grupo castilhista não significa, no entanto, que aceitava a filosofia positivista do Partido. Um ponto comum entre ele e a filosofia de Augusto Comte era que ambos respeitavam e pregavam a adoção do Federalismo. Por outro lado, Flores da Cunha era um homem militante, de temperamento explosivo e que não costumava orientar-se por doutrinas (6). Na década de 30, fundou o Partido Republicano Liberal — que era antes de tudo, um partido de ação, com ideologias suficientemente elástica para abrigar a todos.

Foi através do Partido Republicano Rio-grandense, no entanto, que a carreira de Flores da Cunha iniciou-se em 1909, com sua eleição para Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul, elegendo-se depois para Deputado Federal. Ao terminar suas legislaturas, recebeu cargos de confiança do governo borgista, no interior, onde demonstrou um temperamento bravo, mas também explosivo e emocional, o que lhe valeu a alcunha de «Grande bebê-chorão (7)».

Segundo Love, durante a República Velha, o Rio Grande do Sul constituiu-se em uma anomalia do ponto de vista econômico e político. «Economicamente, não se orientou essencialmente nem para a exportação nem para a subsistência: politicamente, não foi nem um Estado dominante, nem um Estado satélite (8)». Os estados mais influentes eram Minas Gerais e São Paulo. O Rio Grande do Sul, embora discordasse dos dois outros, de alguns aspectos da política econômica nacional, via-se na contingência, como os demais Estados da Nação, de aceitar a política «café com leite». Por outro lado, a ascensão política de Pinheiro Machado e os progressos da administração borgista no Rio Grande do Sul, valorizaram a opinião gaúcha e, com isto, a partir de 1910, o Rio Grande do Sul começou a participar das grandes decisões políticas nacionais.

Com a primeira guerra, formaram-se, no entanto, novos grupos e novas necessidades no sul, que o Estado Positivista não estava assumindo. Neste momento, Borges de Medeiros, que sempre mantivera uma atitude reservada com relação à política nacional, resolveu organizar uma resistência republicana com mais três estados, contra Artur Bernardes, candidato à presidência, por Minas Gerais e São Paulo. A vitória do candidato «café com leite» nas eleições foi o estopim de uma série de revoltas contra a hegemonia política dos mineiros e paulistas. A conseqüência no plano regional, foi a formação de um grupo anti-borgista e a união em torno da candidatura de Assis Brasil. A despeito de toda a agitação e expectativas, no entanto, Borges foi reeleito pela 5ª vez, em 1922, o Governador do Estado. Como seria de esperar, a eleição foi considerada fraudulenta e, em 1923, iniciou-se uma rebelião no Estado. Este episódio projetou a figura de Flores da Cunha no cenário político nacional, porque, por sua pronta ação, a rebelião pôde ser dominada. De 1923 a 1926, foi obrigado a descuidar-se de seus encargos parlamentares para dedicar-se à luta armada contra os inimigos de Borges. Por seus feitos militares, recebeu do Governo da República

as honras de General do Exército Brasileiro (9).

Alguns anos depois da Revolução, Flores da Cunha confessava ter sentido tristeza ao lutar contra seus irmãos e orgulho por «ter banido a degola e imposto, como norma intransigível e de honra, o respeito pelos vencidos, feridos e prisioneiros (10)». Pode ser considerada realmente uma atitude louvável, se for lembrada a tradição de violência que a Revolução Federalista de 1893 legou.

O segundo momento importante, na carreira de Flores da Cunha, também está ligado a um episódio revolucionário quando ele e Oswaldo Aranha iniciaram no Rio Grande do Sul a revolução que levou Getúlio Vargas ao poder, pondo fim à República Velha e à política do «café com leite». Em 31 de outubro de 1930, três mil gaúchos chegaram à capital nacional, onde um grupo liderado pelos filhos de Flores da Cunha, cumpria uma promessa de amarrar suas montarias no obelisco da Av. Rio Branco (11). Esse ato, que para os habitantes da capital, pareceu um ato de profanação (12), revela, por outro lado, um regionalismo intenso e agressivo, característico do Rio Grande do Sul, por sua longa história militar.

Assumindo sua agressividade, Flores da Cunha procurou dirigi-la na defesa dos interesses do Rio Grande do Sul. Ironicamente, no entanto, foi em torno do problema da autonomia regional que vivenciou um grande conflito quando um grupo organizado de partidos políticos contestou o governo de Getúlio Vargas, em 1932. Nesta época, Flores da Cunha era interventor (nomeado por Getúlio Vargas) no Rio Grande do Sul (cargo que ocupou de 1930 a 1937), ficando em posição ambivalente: ou apoiava Borges, seu velho líder e amigo pessoal, defendendo desta forma, os interesses regionais prejudicados pela política centralista de Getúlio Vargas, ou atendia ao apelo deste e sustentava a revolução. Foi Getúlio Vargas quem recebeu a resposta favorável através de uma comunicação em que Flores da Cunha se dispunha a manter a ordem ou a morrer (13). Uma atitude digna de um bisneto do Coronel Mingote. Algum tempo depois, no entanto, Flores da Cunha confessou não ter aderido à revolução porque Borges de Medeiros não o avisara a tempo.

Após este episódio, ambos continuaram firmes em seus propósitos. Getúlio Vargas continuou a manter uma política cada vez mais centralista e Flores da Cunha passou a representar o último obstáculo para a consolidação do golpe militar de 30, na medida em que lutava por uma volta à constituição e ao Federalismo (14).

Flores da Cunha tornou-se muito conhecido no Rio Grande do Sul como defensor do governo de Borges de Medeiros em 1923; como herói nacional, em 1930; como defensor de Getúlio Vargas, em 1932. Estes episódios militares, acrescidos de organizada administração no governo do Estado, deram-lhe força para criar um partido político — o Partido Republicano Liberal — que foi uma solução de emergência para agremiar os correligionários dispersos pelo golpe de 30. O partido de Flores da Cunha não se preocupava com doutrinas, mas almejava o poder com o objetivo primordial de defender a autonomia gaúcha. No entanto, Getúlio Vargas era um oponente muito forte para Flores da Cunha que foi obrigado a exilar-se no Uruguai, por não poder fazer frente às pressões getulistas. Não termina aí, porém, sua carreira política. Fundou ao lado de Borges de Medeiros a União Democrática Nacional, no Rio Grande do Sul, em 1945, em oposição a Getúlio Vargas. Dez anos depois, tornou-se Presidente Interino da Câmara dos Deputados (15).

Finalmente, entendendo-se a nova perspectiva histórica «como o estudo do

homem enquanto membro de um grupo social e socialmente determinado (16)», pode-se considerar Flores da Cunha como um político característico de sua época. Se, por um lado, sonhava manter-se fiel às tradições gaúchas da campanha onde assimilou, nas «charlas dos galpões (17)», os segredos do mandonismo e do machismo patriarcal, por outro lado, conseguiu ampliar sua visão de mundo, como estudante nas Universidades do Rio de Janeiro e São Paulo, centros intelectuais mais elitizantes do país. Se ele puder ser considerado, como sugere Cortes, «o melhor governador da História Gaúcha», tal se deve ao entusiasmo com que se empenhava em organizar uma progressista administração do Estado. Era o mesmo entusiasmo, aliás, que caracterizava todas as atividades a que se dedicava: das lutas nas revoluções, aos jogos de carta e às corridas de cavalo.

Do galpão aos bancos acadêmicos, pelas suas atitudes autoritárias e respeito pela ordem, ao longo de sua carreira política, Flores da Cunha pode ser considerado como uma imagem e uma síntese das contradições da conturbada política Rio-grandense.

Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Departamento de História
Porto Alegre, Brasil.

BIBLIOGRAFIA

01. LOVE, J., O Rio Grande do Sul como um fator de instabilidade na República Velha. IN: — FAUSTO, Boris, org. **O Brasil Republicano** III 2. ed. São Paulo. DIFEL, 1967. V.1, p. 100.
02. LOVE, J., **O Regionalismo Gaúcho**. São Paulo. Perspectiva, 1975.
03. CORTES, Carlos., **Gauchos Politics in Brazil: The Politics of Rio Grande do Sul (1930-1964)**, University of New Mexico Press. Albuquerque, 1974. p. 8.
04. Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas no RGS. Porto Alegre, 1934. p. XXXIII e XXXIV.
05. LOVE, op. cit. Nota 2, p. 234.
06. Comunicação pessoal do Prof. Arthur Ferreira F. à autora.
07. CORTES, op. cit. nota 3 p. 24.
08. LOVE, op. cit. nota 1. p. 99.
09. Álbum Republicano, op. cit. p. XXXIV.
10. BUSTO de Flores da Cunha. **Correio do Povo**. 16 abr. 1975.
11. CORTES, op. cit. nota 3, p. 23.
12. LOVE, op. cit. nota 2, p. 3.
13. CORTES, op. cit. nota 3, p. 41.
14. LOVE, op. cit. nota 2, p. 272.
15. Ibidem, p. 275.
16. SOBOUL, R. Descrição e medida em história social. IN: GODINHO, Vitoriano Magalhães, org. Lisboa, Cosmos, 1967, p. 27.
17. Op. cit. nota 10.